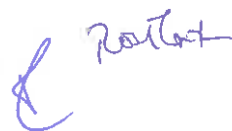


Local: salão do edifício sede do município de Armamar. -----

Data: 29 de fevereiro de 2024 -----

Abertura da reunião: nove horas e quinze minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Lisete Mendes Osório, desempenhado as funções de primeira-secretária e, Rosa Maria Faia Branquinho Marta, segunda-secretária. O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Manuel Paiva, por António Lareiro e comunicou a ausência dos presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues, de Queimada, Horácio Igreja e de Santa Cruz, Bruno Silva. -----

Cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão através da transmissão online. Partilhou informação relacionada com acontecimentos e atividades que ocorreram desde a última sessão até hoje, começando por partilhar a notícia da integração do senhor presidente João Paulo Fonseca na lista de candidatos a deputado, no distrito de Viseu, pela AD – Aliança Democrática. Facto que pela Lei levou à suspensão do seu mandato, com início a 25 de janeiro de 2024, estando a presidir à Câmara Municipal António Manuel Almeida Rego da Silva, que designou vice-presidente a vereadora Cláudia de Jesus Damião e a entrada em exercício de funções, como vereadora, em regime de não permanência, Alexandra Maria Lucena Nogueira. A todos os mencionados, neste novo desafio, desejou as maiores felicidades nas suas missões. --- Informou que a 13 de dezembro rececionou uma carta proveniente de uma abaixo-assinado do Marmelal, da união de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, dirigida ao presidente da Assembleia, com o assunto “construção de ETAR”. No documento era pedido que fosse dado conhecimento à Assembleia das assinaturas vigentes e do interesse. Posto isto, foram tomadas as diligências no sentido de questionar o executivo



e responderam que pretendem avançar com a aquisição de serviços para resolver esta situação. Em 13 de dezembro, reuniu a comissão organizadora das comemorações dos 50 anos do 25 de abril e em 17 de janeiro, a par de outros elementos esteve na reunião da Equipa para a Igualdade de Vida Local de Armamar, onde foram apresentados os elementos dessa equipa, apresentado e discutido o Regulamento do funcionamento interno, calendarizadas as reuniões e apresentado o trabalho desenvolvido no âmbito do diagnóstico municipal para a igualdade e não discriminação no município de Armamar, onde várias entidades do concelho e os senhores presidentes de junta foram envolvidos na resposta a um questionário. A 24 de janeiro esteve numa reunião a convite da Associação Nacional das Assembleias Municipais, com sede no Porto, onde além de conhecer as instalações foi disponibilizada toda a colaboração da associação com esta Assembleia através dos contributos que se considerarem necessários. Em 23 de janeiro reuniu com o Agrupamento de Escolas no sentido de reforçar as assembleias municipais jovens e delinear algumas estratégias na questão dos 50 anos do 25 de abril. No seguimento de uma exposição que teve oportunidade de conhecer, alusiva à imagens do parlamento, foi enviado ofício ao senhor presidente da Assembleia da República, a solicitar o empréstimo da mesma. Trata-se de uma exposição que visa, essencialmente, dignificar a assembleia da República e possibilitar aos cidadãos o melhor conhecimento do próprio edifício, pelo que convidou todos a estar presentes, no dia 5 de março, no ato solene de apresentação da exposição, por parte do técnico da Assembleia da República, ficando a mesma disponível para visita desde 5 de março até ao final do mesmo mês. -----

Observou, ainda, que a Mesa recebeu um voto de pesar, proposto pela CDU, pelo falecimento de Fernando Nascimento Magalhães e nesta perspetiva após questionar Assembleia sobre a colocação do mesmo a votação usou da palavra o seguinte membro: **António Lareiro**, cumprimentou os presentes e passou a ler o voto de pesar: -----



“O grupo municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Armamar um voto de pesar pelo falecimento de Fernando do Nascimento Magalhães devido aos seguintes motivos: -----

O Sr. Fernando do Nascimento Magalhães faleceu no passado dia 8 de dezembro de 2023. ---

Mais do que uma partida e uma despedida, a morte do nosso conterrâneo Fernando foi sobretudo uma forma de melhor compreendermos a importância de uma vida inteiramente vivida, plena de integridade e profundidade ligada à luta pela liberdade. Pela democracia no nosso país, pelo progresso e desenvolvimento do nosso concelho e por uma sociedade mais solidária e fraterna. -----

Como trabalhador desta autarquia e como cidadão do concelho levou uma vida plena de atividade e de empenho, durante a qual o Sr. Fernando deu sempre prioridade à defesa dos mais desprotegidos, à fraternidade e à defesa da liberdade e da democracia. -----

Após o 25 de abril, foi ele quem promoveu as primeiras sessões de esclarecimento de partidos políticos, defendendo, deste modo o direito à reunião, associação e opinião. Direitos de que os portugueses tinham sido privados, durante 48 anos. -----

Pautando-se sempre pela honestidade, pela integridade e pela seriedade, conquistou amigos e o respeito de todos, mesmo daqueles que não se reviam nas suas ideias. -----

Assim, pelos motivos expostos, a CDU (Coligação Democrática Unitária) propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária realizada no mês de fevereiro de 2024, aprove um voto de pesar pelo falecimento de Fernando do Nascimento Magalhães e expressem junto de toda a sua família, os mais profundos pêsames e a mais veemente solidariedade, neste momento de perda e de dor. -----

Armamar, 5 de fevereiro de 2024 -----

O membro da Assembleia Municipal da CDU -----

Manuel Gaspar Paiva” -----

No seguimento do que foi dito pelo senhor presidente da Mesa saudou o povo do Marmelal e agradeceu o envio do abaixo-assinado para a Assembleia. Lembrou que se



trata de um problema que existe há muitos anos e que foi muitas vezes referido na Assembleia e, publicamente, nas campanhas eleitorais. É um problema que se tem agravado devido à situação regional das fossas a céu aberto, considerado um problema de saúde pública. Perante este abaixo-assinado gostava de saber se a câmara está sensível e motivada para resolver o problema e, se estiver, quando o pensa fazer. -----

O presidente da Mesa colocou à votação o voto de pesar, tendo sido, o mesmo, aprovado, por unanimidade. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

O **presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e começou por dizer que o senhor presidente da Assembleia já explicou os motivos da suspensão do mandato do presidente João Paulo Fonseca, ficando em sua substituição. Agradeceu-lhe a confiança em si depositada para o cumprimento das funções de presidente da Câmara Municipal. Passando aos acontecimentos que decorreram entre a última assembleia e o dia de hoje, agradeceu às associações do concelho pelos trabalhos de embelezamento da vila durante o período de Natal e à Universidade Sénior e Associações Culturais, pela organização do evento “Cantares ao Menino”. Transmitiu que o pavilhão municipal já está a ser utilizado, quer pela escola, quer pelo Futsal e optou-se por não fazer qualquer tipo de inauguração dada a necessidade de o colocar em funcionamento, uma vez que os alunos tinham de se deslocar para o pavilhão de Aldeias. Provavelmente, far-se-á a inauguração na Montra Vínica que vai decorrer nos dias 15, 16 e 17 de março, pelo que convidou toda a Assembleia a estar presente na abertura do evento. Informou que até 29 de março se vai fazer a candidatura para a requalificação do edifício da escola Gomes Teixeira. Deu os parabéns à Quinta do Tedo pela atribuição de uma estrela Michelin ao seu restaurante. Fez saber que o município recebeu um convite para manifestar o interesse na candidatura à 5.ª Geração do CLDS, cujo montante previsto é de € 560.000,00, ao qual vai demonstrar o interesse. Durante este período, foi feita a



inauguração da exposição "Memórias de um espaço", no Centro Interpretativo da Mulher Duriense, onde estão em exibição fotografias, equipamentos e objetos que pertenceram à antiga adega cooperativa. Informou que a exposição vai estar disponível até ao final do mês de abril. Deu os parabéns a quatro atletas do concelho, pelas prestações e êxitos que têm alcançado, ao Sérgio Rego, que é penta Campeão, no campeonato nacional de supermoto, ao José Peixoto, campeão nacional em duatlo cross, ao Nelson Gomes, que embora não seja residente no concelho, é trabalhador do município e foi campeão nacional em duatlo cross que decorreu na Guarda e ao João Rodrigo, ex-atleta da escola do Armamar Futsal Clube que por duas ou três vezes foi convocado para a seleção nacional de sub-19. Além de ter tido o mérito de fazer parte da equipa nacional, teve oportunidade de ser autor de um dos golos num dos encontros realizados. -----

Quanto ao abaixo-assinado do Marmelal transmitiu que no dia 19 de fevereiro, deste ano, o município iniciou a consulta preliminar ao mercado para aquisição de serviços de elaboração de projeto da rede de saneamento, cujo valor é de cerca de € 70.000,00 e o orçamento do investimento estima-se em € 800.000,00. A pretensão é intervir na rede de saneamento de Aldeias, Fontelo, Queimada, Queimadela, Santa Cruz, união das freguesias de Arícera e Goujoim e União de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, contemplado, este último, o lugar de Marmelal. Disse que em algumas destas localidades está prevista mais do que uma ETAR compacta, de modo que se possam eliminar todas as dissonâncias existentes, nessa matéria. Referiu que a candidatura para a construção do Centro de Saúde foi aprovada, no montante de € 1.312.500,00, estando dependente da apresentação da libertação da parcela onde vai ser instalado o edifício, que foi pedida à Caixa Geral de Depósitos. Por último, informou que na semana anterior foi apresentada a Carta do Património do concelho e no final desta sessão será distribuído um exemplar, da mesma, por todos os membros da assembleia. -----



Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e o público que acompanha a sessão via on-line. Começou por desejar ao senhor presidente, em exercício, que tenha a capacidade de resolver os assuntos estratégicos do concelho que há muito se têm vindo a discutir na assembleia e que tenha capacidade de fazer uma boa liderança com resultados efetivos para o concelho. Quanto à integração do presidente João Paulo Fonseca numa lista da AD, dependendo dos resultados que ocorrerem no dia 10 de março, espera que isso possa ser uma mais-valia para o concelho, se tiver oportunidade de participar num governo da AD ou até como deputado. Se isso vier a acontecer espera-se, por exemplo, que assuntos como a via de acesso à A24, que ficaram suspensos depois da mudança política, possam ser concretizados. Desejou ao senhor presidente Antonio Silva votos de um bom trabalho e à senhora vereadora Alexandra Nogueira que tomou, agora posse, que os seus contributos possam ser uma mais-valia para o desenvolvimento do trabalho no concelho. Em relação à parceria público-privada perguntou quem é o administrador da empresa, neste momento, tendo em conta esta mudança e se houve mudança, que medidas é que esse administrador pretende tomar. Perguntou como é que está o processo de resolução desta parceria e relativamente ao terreno que o senhor presidente referiu, para a instalação do Centro de Saúde, a pergunta é se esse terreno refere ao do pomar arrendado ou outro que faça parte da parceria. Disse que esperava ver nesta assembleia o pedido de aprovação do empréstimo para a requalificação das vias municipais, não percebendo o que estará em falta, pelo que procurou saber o ponto de situação, dada a reconhecida urgência e importância desta requalificação. Também ia questionar sobre o CLD 5G mas o senhor presidente acabou de referir que o município foi contemplado e vai manifestar o interesse para desenvolver o projeto, pelo que perguntou, apenas, tendo em conta que houve uma mudança legislativa nesta matéria, se vai ser o município a promover diretamente o



CLDS ou se vai escolher, à semelhança do que acontecia anteriormente, uma entidade de parceria para o efeito. Apesar de não gostar de trazer para a assembleia comentários da rua não pode deixar de perguntar qual é a situação da empresa cessionária ou arrendatária do espaço do bar das piscinas cobertas, quanto ao cumprimento de pagamento de rendas ao município e qual é a situação desse contrato. Perguntou, também, se há outras situações de espaços arrendados ou concessionados, por este município, em que exista dívida ou incumprimento contratual. Disse que teve conhecimento que foi apresentada uma candidatura para o Balcão Único do Prédio – BUPI que não foi elegível, tendo sido das únicas, senão, a única, dos concelhos da região a não ser aprovado, procurando saber o que é que aconteceu. Trata-se de uma candidatura para municípios de dimensão idêntica, ao de Armamar, com valores a rondar os € 30 a 40.000,00 para apoio ao funcionamento desse espaço e que poderia ser importante para financiar algumas despesas com o mesmo. Por fim, e relativamente ao abaixo-assinado do Marmelal, lembrou que houve em tempos, para várias localidades, uma candidatura do POSEUR que permitiria financiar essas ETAR's com 85% de apoio e que segundo as explicações dadas, na altura, pelo facto de os concursos terem ficado desertos, não foi dado seguimento à candidatura. Todos sabem que quando um concurso fica deserto, numa empreitada, vai-se perceber o que é que levou a que os concursos ficassem desertos, resolver o problema e lançar novamente. Isto para dizer que havia € 1.300.000,00 de fundos comunitários do POSEUR que foram perdidos e agora o assunto tem de ser resolvido, quer nesta localidade, quer noutras, como disse o senhor presidente, provavelmente, a expensas totais do município, lamentando que se tenha perdido a oportunidade de ter recursos da união europeia que poderiam ser para aqui canalizados. Estas populações merecem uma atenção do executivo e até um pedido de desculpas por aquilo que foram as oportunidades perdidas e que há muitos anos têm sido debatidas. -----



Pae Rente

Luís Silva cumprimentou os presentes e desejou as maiores felicidades ao senhor presidente, em exercício, à senhora vereadora, em funções, neste momento, desejando que possam fazer o melhor pelo concelho. Relativamente aos assuntos que pretende abordar, começou por elogiar o bom desempenho da Câmara Municipal ao colmatar a necessidade de ocupação das crianças na última interrupção letiva, neste caso do Natal, como havia sido prometido numa sessão de assembleia municipal. Através do programa que organizaram desempenharam um bom papel na ocupação das crianças em idade escolar, em substituição do Programa OPTA que não teve continuidade. Correu bastante bem e espera que se repita nas próximas interrupções escolares. Relativamente à futura obra de construção do Centro de Saúde procurou saber quem vai ser o dono de obra e relativamente ao montante que o senhor presidente apontou, de € 1.400.000,00, se se trata de investimento elegível ou total. Tendo em conta que se tem conhecimento que na Câmara Municipal foi colocada a discussão e votação a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para a requalificação das vias, questionou quando é que esse assunto será abordado na Assembleia Municipal. -----

António Lareiro observou que dentro de poucos dias se comemora o dia 8 de março, instituído em 1910, Dia Internacional da Mulher, em reconhecimento da luta das mulheres em todo o mundo. Saudou as mulheres dos diferentes países que têm lutado contra a inferioridade que lhe foi imposta na Lei e na vida, na exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez, maternidade e velhice. Saudou as mulheres que lutaram contra o fascismo, a negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. As que lutaram e lutam pela liberdade, democracia e pela paz, nestes tempos perigosos, que se vivem no mundo. Saudou as mulheres do concelho, como as trabalhadoras da autarquia, na passagem do Dia Internacional da Mulher, apelando que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em



igualdade no respeito pela sua dignidade em direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de Leis que consagram a igualdade e a validação do seu estatuto enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. Direito que as forças conservadoras da sociedade estão, hoje, a pôr em causa. Igualmente, saudou as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, em particular as, presentes, nesta Assembleia Municipal. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal referiu que passou, já, cerca de um ano sobre a última fase do processo de transferência de competências do poder central para as autarquias. Em 3 de abril de 2023, foi transferida para os municípios a competência na área social, como ainda, impositivamente, um percurso de transferências de competências nos domínios da educação, saúde e segurança social. Independentemente da opinião de cada um sobre este processo se dúvidas houvesse, sobre a natureza do mesmo, ficou nítido quais foram os seus objetivos. Desresponsabilizar o estado das funções que devia assumir e transformar os municípios em instrumentos de execução das suas políticas, comprometendo a sua universalidade e qualidade. É um processo que se caracteriza por uma mera delegação de competências subfinanciada e tutelada transformando as autarquias em tesouraria de ministério, numa clara violação da autonomia administrativa e financeira. Para um melhor acompanhamento deste processo, a Lei prevê a criação de Comissões que têm de elaborar, anualmente, um relatório sobre cada área que acompanham. Perguntou se o município já tem criadas estas comissões de acompanhamento e quando vai ser dado conhecimento à Assembleia Municipal dos relatórios. Lembrou que na última sessão questionou o executivo sobre a ampliação da pedreira de granito na freguesia de Fontelo e o seu acompanhamento junto do regime extraordinário de regularização da atividade económica. Na altura foi-lhe dito que não estavam em condições de prestar esclarecimentos, pelo que gostava de saber se já têm condições de o fazer. O que pretende, concretamente, saber é se estão em condições de informar sobre a área de



ampliação da pedreira de Fontelo e a salvaguarda da paisagem natural e a serra de São Domingos. -----

Flávia Laranjeira cumprimentou os presentes e veio debater um assunto já muito falado na assembleia, relacionado com a perda de população no concelho. Por vezes, compara-se o concelho de Armamar com o litoral mas não há comparação possível, entre o interior e o litoral, pelo que gostaria de comparar este concelho com os limítrofes, como por exemplo, Moimenta da Beira, anotando que, em 2021, Armamar tem uma população de 5678 habitantes e Moimenta da Beira 9410, Sernancelhe, viu a sua população aumentada e tem, agora, 5692. Disse que começou a pensar quais seriam as motivações pelas quais o concelho de Armamar tem perdido e outros concelhos aumentado a sua população. Julga que uma das situações flagrantes é que os dois concelhos que referiu, em particular, têm uma zona industrial em franco desenvolvimento, têm conseguido atrair novas empresas e dar empregos de qualidade à sua população. Salientou que o acesso à habitação também tem muito peso porque, muitas vezes, para se conseguir a aprovação de um projeto, em Armamar, demora muito tempo a par de muitas burocracias, enquanto nos outros concelhos será muito mais fácil conseguir uma construção e até mesmo acesso à habitação. Disse que gostava de perceber quais são as medidas que a Câmara Municipal tem previstas para conseguir melhorar estes aspetos e atrair novas pessoas para o concelho. Em uma opinião uma das situações que precisa de ser melhorada e ter algum peso, nesta matéria, é o acesso à rede de internet. Deu o seu exemplo pessoal, enquanto trabalhadora em regime de teletrabalho, em que se desloca à empresa, apenas, um dia, por semana e, por vezes, tem dificuldades no acesso, apesar da sua freguesia, Fontelo, estar servida por fibra ótica. Supõe que há muitas freguesias do concelho que não possuem essa infraestrutura pelo que seria impossível terem pessoas a trabalhar no regime de teletrabalho. Sendo que a empresa que investe nestas infraestruturas é a DST perguntou se há possibilidade,



por parte do executivo, em apoiar ou falar com a referida empresa para melhorar as infraestruturas. -----

Presidente da junta de freguesias de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e o público que está a acompanhar esta sessão através das redes sociais. Felicitou o senhor presidente de Câmara Municipal desejando-lhe os maiores sucessos nas novas funções e também a senhora vereadora Alexandra Nogueira. O primeiro assunto que vem abordar diz respeito à antena de rede móvel 5G. Neste sentido diz que tem vindo a debater-se, muitas vezes, com a ANACOM devido aos problemas de rede móvel existentes na sua freguesia. Deu como exemplo a Aldeia de São Martinho das Chãs Disse que estava completamente inoperacional em termos de rede móvel e a ANACOM informou atribuiu à MEO a responsabilidade de instalar três antenas de rede móvel naquela região, uma na freguesia de Santa Cruz, outra entre São Martinho e São Cosmado e outra na zona de Coura. O certo é que foi informado, pelos engenheiros da MEO de que, neste momento, está há vários meses um pedido de licenciamento travado no município, inclusive já avançaram com licenciamentos noutros municípios, que efetuaram pedidos posteriormente, cujas antenas já foram colocadas. Atualmente, o concelho de Armamar é dos poucos que tem os licenciamentos presos para a instalação destas antenas. Relembrou que ninguém na freguesia de São Martinho das Chãs, assim como outras, com a necessidade que existe, por exemplo, em efetuar pagamentos os consegue validar sem ter rede móvel, pois gera um código de validação essencial para efetivar esses pagamentos. Informou que um engenheiro da MEO lhe respondeu que as antenas só não estão colocadas porque está pendente uma autorização do licenciamento no município de Armamar, há alguns meses. De qualquer forma, no sentido de minimizarem esses constrangimentos colocaram uma antena provisória, na serra da Nossa Senhora da Saúde, em Vila Nova, que acarreta alguma despesa extraordinária porque sendo ela provisória é muito mais dispendiosa e



só dá cobertura à rede MEO, ao passo que as antenas que estão obrigados a instalar, atribuídas pela ANACOM, são para a rede móvel de todas as operadoras. Neste momento, São Martinho das Chãs tem rede móvel da MEO derivado àquela antena provisória. Outro assunto que vem abordar diz respeito à ribeira de Temilobos. Isto porque estamos a cerca de uma a duas semanas do vazamento da barragem de Lumiares, o que é um sinal positivo, porque significa que o concelho vai estar servido, em termos de água. No entanto, há algo que o preocupa, substancialmente, assim como a todos os agricultores que têm terrenos junto ao leito da ribeira. Isto porque nos últimos anos a barragem praticamente não vazou. Acontece que a empresa Águas do Norte, na estação de tratamento, liberta as lamas de limpeza diretamente para a ribeira mas esta, nos primeiros dois quilómetros, está completamente arrasada dessas lamas, em alguns lugares com mais de dois metros de altura. Quando a água vazar vai causar danos e vai fazer com que toda essa água vá transbordar para os terrenos particulares porque as lamas dos últimos dez anos foram-se acumulando e nunca deveriam ter caído no leito do rio. A estação de tratamento devia ter um suporte onde fossem depositadas as lamas para serem retiradas depois de secas e escoadas para locais próprios. Outra situação que vem referir tem a ver com as condições na via pública na sua freguesia, das quais o senhor presidente da câmara tem conhecimento, pois tem vindo a alertar para as mesmas, tendo-lhe garantido que iria mandar reparar os danos. No entanto disse-se admirado quando passou junto à barragem e verificou que foram reparadas duas ou três situações para que um camião da Águas do Norte pudesse passar dignamente para a estação de tratamento de águas e a restante população ficou à espera que os buracos fossem reparados. -----

Márcio Morais cumprimentou os presentes e felicitou o presidente, em funções, António Silva, referindo que sorte não precisa de lhe desejar mas sim felicidades, pois já deu provas, no passado, enquanto vice-presidente, que estará à altura do desafio, seja



temporária ou permanente, estando certo de no que toca ao seu grupo municipal estarão cá, como antes, para ser parte da solução e não do problema. Manifestou, total, solidariedade com os agricultores do concelho que nesta recente onda de protestos, uma vez mais, ficou provada a inércia e decadência de um governo socialista que nunca olhou para a agricultura com o devido sentido de responsabilidade. Congratulou o executivo municipal pela conclusão do novo pavilhão desportivo do município, que com um investimento a rondar os três milhões de euros, torna-se numa das obras de extrema relevância para o concelho. Partilha da opinião do senhor presidente de que o importante era pô-lo a funcionar e a questão da inauguração será uma situação acessória. Apesar de se ter aqui falado de atletas e campeões, o certo é que levam bem longe e alto o nome de Armamar mas no caso, concreto, do João Rodrigo, acompanhou o percurso deste jovem mas só tem a dizer que há muitos “João Rodrigo” no concelho e muitos bons atletas. Referiu-se à primeira edição do “Festival das Sopas”, considerando que foi um verdadeiro sucesso. A organização do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira e as várias associações culturais concelhias, que de forma gratuita contribuíram para o sucesso e criação de um ambiente familiar e acolhedor de aproximação da comunidade escolar à sociedade civil, que tem sido uma constante, com outras atividades desenvolvidas, pelo que parabenizou todos os intervenientes. Em relação ainda, ao Agrupamento de Escolas deu conta que os alunos do 4.º A conquistaram o prémio literário Luís Sepúlveda, inserido no concurso Correntes D’Escrita. Por último, mas não menos importante, em seu nome pessoal congratulou o cidadão João Paulo Fonseca pela integração nas listas de deputados à nação, pelo círculo eleitoral de Viseu. É motivo de grande orgulho ter um excelente quadro político nesta candidatura da Aliança Democrática onde está certo que poderá ser uma voz próxima, ativa e intransigente na defesa do concelho e do Douro Sul. Na questão de continuarem, sucessivamente, a comparar Armamar aos concelhos limítrofes e só verem o que eles



têm de bom, observou que temos de olhar para dentro e ver que o concelho de Armamar tem muitas coisas boas. Ninguém fala da questão da rede viária, dos caminhos agrícolas. Independentemente de quem fez a obra, há 20 anos, pergunta se alguém conhece uma extensão de caminhos rurais de apoio à agricultura como a do concelho de Armamar. É certo que é necessária alguma intervenção porque o tempo vai passando, mas corre-se o concelho de lés a lés, na parte da fruticultura, com toda a tranquilidade. Existe a questão da ligação à A24 e é verdade que a mesma estava pronta porque Portugal à Frente ganhou as eleições, em 2015 mas, depois, com a “geringonça” e com mais uma falácia da esquerda nacional ficou na gaveta. Disse que não tem competência para assumir qualquer promessa eleitoral mas está certo que se a AD ganhar as eleições a ligação à A24 será uma realidade. -----

Presidente da câmara municipal agradeceu as todos intervenientes as felicitações que lhe dirigiram. Em relação à intervenção de António Lareiro quanto à questão das ETAR's já esclareceu a assembleia nesse sentido. Passando à intervenção de Paulo Tolda e sobre a ligação à A24 disse que teve oportunidade, aquando da apresentação do primeiro candidato na lista pela AD, do distrito de Viseu, em que na sua intervenção fez várias referências a vias de comunicação, de dizer que Armamar também tem necessidade premente da ligação à A24 e é um processo muito antigo que já esteve em orçamento de estado e já passaram dois governos e a mesma não se concretizou. Espera, pela promessa que ele fez, que olhe para este acesso da mesma forma que estão a olhar para a autoestrada de ligação de Viseu a Coimbra, embora não sejam comparáveis. Relativamente à PPP informou que o administrador é o mesmo e apesar da suspensão do senhor presidente, João Paulo Fonseca, entenderam, para já, não estar a fazer qualquer alteração. Quanto ao terreno para a construção do Centro de Saúde disse ser aquele onde está instalado o pomar e vai ser feito o destaque na área necessária para o investimento, apesar de entender que se procedesse ao pedido da



libertação da totalidade do terreno. Em relação ao pedido da possível liquidação da parceria disse que se continua a trabalhar no assunto, com algumas condicionantes pois, neste momento, o objetivo principal é a requalificação das vias municipais e logo que esta questão esteja resolvida a pretensão é recuperar esse processo. Fez saber que o novo revisor oficial de contas já se veio apresentar e como mostrou disponibilidade para se inteirar de alguns assuntos foi-lhe pedido um parecer sobre o processo da PPP. No que respeita ao pedido de empréstimo para requalificação das vias municipais fez saber que a consulta às entidades bancárias terminou esta semana e já estão apurados os resultados mas pela questão do cumprimento dos prazos não foi possível trazer a esta assembleia mas logo que terminem será convocada sessão extraordinária, para o efeito, conforme já foi acordado com o senhor presidente da Assembleia Municipal. Quanto ao CLDS referiu que o município decidiu avançar, novamente, com uma parceria, à semelhança dos anteriores dado que este modelo sempre funcionou bem. Em relação ao bar das piscinas disse que logo que teve conhecimento da situação tomou os procedimentos para notificar a pessoa que estava a explorar o bar, tendo sido enviadas duas cartas, na sequência de não haver resposta à primeira, a solicitar que transmitam o que se está a passar e que entreguem a chave. Sabe que há rendas em atraso e foi solicitado à pessoa que explora ao bar para vir manifestar as suas pretensões, caso contrário o município terá de avançar pela via judicial. Quanto a outras rendas, pelo que é do seu conhecimento, as pessoas têm cumprido. No que respeita ao BUPI, esclareceu que, efetivamente, o município apresentou uma candidatura entre os dez e os quinze mil euros e segundo lhe comunicaram a mesma não foi elegível porque na candidatura foram apresentados custos para comparticipação dos recursos humanos, a nível interno e os mesmos não foram contemplados. Segundo parece as outras candidaturas a nível local e regional apostaram mais em recursos humanos externos e, por isso, foram elegíveis. O município de Armamar não viu necessidade de novos recursos humanos



pois tem afetado duas trabalhadoras ao BUPI, que têm mostrado bons resultados, podendo dizer que, neste momento, no balcão estão previstas, pela Autoridade Tributária, 24 730 matrizes e o município já tem 10 107 processos abertos, dos quais 9298 matrizes concluídas e a expectativa é ter a possibilidade de atingir mais 25%. O grau de concretização não é maior porque há muitas matrizes que correspondem a matas e é muito complicado fechar esses processos porque os proprietários têm alguma dificuldade em identificar as limitações e também acontecem algumas sobreposições que criam pequenos “conflitos” que é preciso esclarecer. Relativamente à questão de Luís Silva disse que dentro do que é possível tentou-se colmatar as necessidades dos pais na interrupção letiva do Natal e esperava-se maior adesão, pois abriram-se vagas até um limite de 40 alunos, quer para o 1.º ciclo, quer para o jardim de infância e inscreveram-se cerca de vinte em cada ciclo de ensino. Neste momento, já estão a ser planeadas as atividades para as férias da Páscoa. Quanto à construção do Centro de Saúde referiu que o município é o dono da obra e o montante da candidatura é de € 1.500.000,00 e o valor do orçamento para a obra, em si, é de € 1.312.500,00 e este diferencial será para custear o equipamento que é necessário instalar. Fez saber que esta obra é comparticipada em 100%. Relativamente à questão de António Lareiro, sobre a transferência de competências disse que não é contra as mesmas mas não concorda com a forma como foram tratadas. As da educação aconteceram no dia 1 de abril, que por acaso é dia de enganos, as outras duas também, passados alguns anos, também estavam planeadas para o dia 1 de abril, mas, talvez para não haver coincidências, alargaram o prazo. Disse-se de acordo com o que foi dito por António Lareiro e quantos às comissões de acompanhamento, só existem no papel. Disse que face à experiência anterior propôs à DIGESTE que na redação do artigo relacionado com estas comissões, constasse que era sempre obrigatório a presença daquela entidade porque estar a discutir assuntos de avaliação com o senhor diretor do Agrupamento, não

querendo desvalorizar o seu papel, não tem o mesmo efeito. Pelo que tem constatado, quer ao nível da saúde, quer da ação social o processo tem sido mais pacífico e está a correr melhor. Na educação não pode dizer que esteja a correr pior porque não há elementos que possam fazer essa avaliação concreta. Quanto à questão da pedreira de Fontelo tomou o compromisso de lhe fazer chegar essa informação, durante a próxima semana. Em relação à questão de Flavia Laranjeira observou que quando o governo central não dá respostas à desertificação do interior e nada faz para contrariar isso, também terá alguma dificuldade em lhe dar alguma justificação para tal. É, de facto, preocupação mas não se pode ter em conta as comparações que fez porque como é sabido, pelos últimos Censos, todos os concelhos vizinhos, com exceção de Sernancelhe, perderam população. Quanto à zona industrial está de acordo com o que referiu mas discorda com o que disse sobre as facilidades de construção porque a legislação é transversal a todos os municípios e depende do PDM de cada um e no caso de Armamar está a ser revisto. Se calhar Armamar tem mais algumas contingências no que se refere à parte do Douro, pela sua classificação e admitiu que houve durante algum tempo atrasos nos licenciamentos, pela limitação de recursos que o município dispunha, mas atualmente isso já não é justificação. Pelo que tem conhecimento, a maioria dos processos de licenciamento, desde que o gabinete foi reforçado passam por uma análise para verificar se têm todos os documentos e caso contrário são solicitados aos promotores/requerentes e depois têm de correr determinadas fases. Por vezes a demora também tem a ver com a entrega desses documentos. Quanto à rede de internet e fibra ótica referiu que a mesma tem sido melhorada e conforme foi dito pelo senhor presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs foi colocada uma antena provisória da MEO para reforço da rede móvel. Em relação à fibra ótica há freguesias que têm investido e outras tencionam fazê-lo. O município também teve, recentemente, um contacto da DST estando a aguardar a marcação de uma reunião para



ver se se avança com o alargamento ao território da cobertura da fibra ótica. Nesta sequência e com a questão colocada pelo senhor presidente da junta de São Martinho das Chãs disse que não tinha conhecimento de que a antena é provisória. Quanto às informações que obteve por parte da MEO todos sabem que se trata de uma empresa de grande dimensão e não se sabe se as informações correm, ou não. Fez saber que o processo está a aguardar decisão porque o promotor não entrega os documentos que lhe foram solicitados. Pode garantir que os processos de Coura e Santa Cruz estão finalizados, não percebendo o porquê de estes estarem e São Martinho não. Disse que vai perceber junto dos serviços os motivos e depois fará questão de transmitir, ou na próxima sessão lhe dar essa informação. Quanto às linhas de água disse que vai contactar a APA – Agência Portuguesa do Ambiente porque é preocupante o que referiu mas o município não pode intervir nessas situações. Sobre as condições da via pública disse que vai perceber o que se passa porque pediu ao encarregado geral do município para verificar a situação, conforme o senhor presidente da junta tinha referenciado. Disse que não sabe se já trataram do assunto, em definitivo, mas como é obvio não se pretende privilegiar a empresa nem esta é mais importante que a população, em geral. Relativamente à intervenção de Márcio Morais, quando falou no João Rodrigo, disse que também acredita que existem outros atletas com potencial. Informou que o AFC estabeleceu um protocolo com o Sport Clube de Braga para possibilitar o intercâmbio de atletas e só não ficou lá um atleta, do AFC, para não interromper o ano letivo, ficando previsto que no próximo frequente a formação naquele clube e outros já lá foram fazer alguns treinos. -----

António Lareiro em relação às comissões de acompanhamento disse que não faz a leitura do senhor presidente, António Silva, principalmente de desvalorização das suas competências. Segundo a sua visão se todos, ou grande parte dos autarcas do país criticam o processo de transferência de competências e apontam aquilo que está mal



para as autarquias, principalmente a transferência de verbas para salvaguardar as competências que lhes foram atribuídas, julga que a melhor forma de, no futuro, pedirem alterações ao processo, é as comissões de acompanhamento fazerem o levantamento do que está mal e apresentarem soluções para melhorar o processo. -----

Presidente da união das freguesias de Arícera e Goujoim, Pedro Machado cumprimentou os presentes e na qualidade de encarregado geral do município, no seguimento do que foi dito pelo presidente de junta da freguesia de São Martinho das Chãs, em relação à correção de buracos nas vias, com betuminoso, disse que ficou definida pelo senhor presidente da Câmara Municipal, uma trajetória mas entretanto, recebeu um telefonema do engenheiro Alves da Águas do Norte a dar conta da existência de dois buracos no acesso à ETA que estavam a dificultar a passagem dos camiões e, por consequência, a por em causa o tratamento da água para toda a população. Nesse sentido, por iniciativa própria, decidiu tapar esses dois buracos, o que levou cerca de duas horas, tendo dado conhecimento ao senhor presidente de junta de freguesia de São Martinho da Chãs, do sucedido. -----

Presidente da câmara municipal em relação ao que foi dito por António Lareiro referiu que está de acordo com este, apesar de poder ter passado a ideia do contrário, pois é um defensor das comissões de avaliação, por isso é que no passado, aquando da transferência de competências da educação colocou cerca de sessentas questões para as quais nunca obteve resposta. Com certeza que se as respostas tivessem sido dadas ajudariam a avaliar os problemas existentes, nomeante na parte financeira, onde vão recair a maior parte das questões. Acontece que não há vontade da DIGESTE e quando vêm às reuniões não sabem responder às questões que lhe são colocadas e de facto não têm elementos para poder responder. Sem dados e valores concretos não se consegue fazer uma avaliação. Deu o exemplo do rácio dos assistentes operacionais para as escolas que segundo eles, é de 26, 27, mas estão lá cerca 50 pessoas e isso nunca foi

contemplado. O que significa que a outra parte é suportada pelo orçamento do município. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram inscrições. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às onze horas e vinte minutos e comunicou que continuam ausentes os presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues, de Queimada, Horácio Igreja e de Santa Cruz, Bruno Silva. --

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

2) Ata da sessão de 11 de novembro de 2023 -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Márcio Morais em relação à descentralização da Assembleia Municipal, concorda que se faça e o senhor presidente lançou o desafio a quem estivesse interessado em que a mesma ocorresse, pelo que congratulou, uma vez mais, o senhor presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, pela forma como recebeu a assembleia, na sua freguesia, concretamente, na localidade de Gogim. No entanto, face ao que foi ouvindo de quem acompanhou a sessão pelas redes sociais, a transmissão teve bastantes dificuldades, assim como o áudio, pelo que agradeceu o esforço extra da colaboradora do município, que está afeta ao apoio aos órgãos, na elaboração desta ata. Isto faz-nos repensar que, mesmo entendendo que a descentralização é boa e que ser feita, o único local com extremas condições para a realização das assembleias será, nos Paços do Concelho. -----



Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.

3) Processo 1510/2023. Projeto de Regulamento para a concessão de Bolsas de Estudo a Alunos/as do Ensino Superior – Modificação (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

O presidente António Silva referiu que no seguimento das solicitações que foram chegando à câmara e de algumas intervenções feitas na assembleia decidiu-se avançar com a revisão do regulamento das bolsas de estudo, tendo o mesmo estado em consulta pública, nos termos da Lei, pelo que se apresenta o documento final para a apreciação e aprovação da assembleia. -----

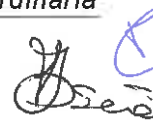
Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Paulo Tolda sobre este ponto referiu que aquando da primeira proposta de Regulamento, aprovada na assembleia, fez um conjunto de considerações e sugestões no sentido de garantir que o Regulamento que fosse aprovado, sendo de cariz social, cumprisse o objetivo essencial, de garantir que estudantes com maiores dificuldades tivessem condições de acesso ao ensino superior e de manutenção do mesmo face ao que tem sido o aumento do custo de vida, principalmente, com as despesas de habitação, transporte e outros. Na altura disse que a forma como o Regulamento estava elaborado e pela experiência prática, da sua situação profissional, de análise de Regulamentos e candidaturas, iria trazer muitas situações de iniquidade e injustiça, desde logo, porque havia uma série de critérios que não eram tidos em conta, como por exemplo, avaliava-se muito aquilo que era o rendimento bruto do agregado familiar mas não se avaliavam as situações patrimoniais e financeiras. Tendo em conta que isso não foi vertido no Regulamento que está em vigor e que, agora, se pretende alterar acredita que quando são divulgados os resultados exista um ou outro agregado que sinta que uma situação de injustiça numa ou outra bolsa que possa ter sido atribuída. Face a isto, entende que a ideia de associar a atribuição aos escalões para efeitos do abono de



família foi uma ideia inteligente porque há uma validação prévia da segurança social que tem competências nesta matéria e que terá feito um trabalho sério nessa análise. De todo o modo, manifestou que não concorda com a ideia de para além daqueles que possam ter o abono da segurança social, serem atribuídas bolsas, no valor de 50% a todos os outros, nomeadamente, trabalhadores-estudantes e outros alunos provenientes de famílias com alguma possibilidade financeira. Na prática, o que se está a fazer é tentar dar a toda a gente e, no limite, pode aparecer um trabalhador-estudante elegível, desde que tenha residência no concelho, esteja matriculado num curso superior, tenha aproveitamento escolar e ser empresário com bastante património que se for fazer uma licenciatura ou mestrado vai ter direito, se concorrer, a € 350,00. Não é pelo valor, em si, mas a questão é que colocando num patamar alguém que terá € 900,00 a que corresponde o escalão A, se calhar com muitas mais dificuldades e alguém ao lado que tenha um património de milhões e vai receber € 350,00, acaba por haver uma iniquidade e injustiça relativa nessa atribuição. A sua única sugestão seria de ponderarem se se devem considerar trabalhadores-estudantes e se o quiserem fazer, pelo menos que tenha, ou um limite de idade, para jovens, um bocado na lógica do IRS jovem, ou o limite de rendimentos anuais. Em sua opinião, em termos de objetivos, de princípios e políticas públicas, o apresentado, não será o método ideal. Esta é a sua opinião pessoal, não vincula alguém do seu grupo, até porque há opiniões divergentes. –

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão via online. Antes de mais, felicitou o senhor presidente e a senhora vereadora, em exercício desejando-lhes os maiores sucessos e felicidades na prestação do papel de que estão incumbidos. No que respeita ao ponto em discussão disse que o seu grupo municipal se congratula com tudo o que sejam políticas e ações facilitadoras no processo educativo, estando cientes da grande dificuldade económica que muitos agregados familiares do concelho têm e que muitas vezes condicionam o abandono escolar precoce, sabendo,



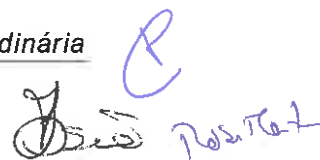
ainda o papel fundamental que a educação desempenha no desenvolvimento de uma comunidade e considerando que as diferenças económicas e sociais não devem ser fatores impeditivos no acesso à educação, sem margem para dúvidas que é uma mais valia, este apoio da autarquia. Importa, agora, garantir que seja um processo justo e que estejam presentes os princípios da igualdade, imparcialidade e da transparência. Assim, apesar de este documento já ter sido sujeito ao período da discussão pública, deixa uma sugestão que reforça a equidade do mesmo. Assim, no n.º 2 do artigo 11.º acrescentar “*apresentação da declaração de IRS*”, não sendo estruturante é, apenas, uma sugestão que consideram ser uma mais-valia. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da assembleia acrescentar esta alínea no n.º 2 do artigo 11.º. -----

Paulo Tolda no seguimento da sua intervenção, sem discordar que se acrescente essa alínea, apesar de ser uma exigência inócua para efeitos do Regulamento, porque se a pessoa vai entregar a nota de liquidação ou a dispensa de apresentação de IRS, o Regulamento não impede, independentemente dos rendimentos, que a pessoa venha a auferir da atribuição da bolsa. Se tem o abono naqueles escalões, tem de receber o valor que está estipulado, se tiver um rendimento de € 500.000,000, por exemplo, tem de receber € 350,00. Do ponto de vista prático, não vê o que isso acrescente de mais-valia ao Regulamento, a não ser que para aqueles que não têm escalão se ponha uma limitação de idade, para trabalhadores-estudantes jovens, apenas, até aos 35 anos. -----

O **presidente António Silva** fez saber que o Regulamento foi aprovado, por unanimidade, em reunião do órgão executivo, embora cada um dos senhores vereadores fizesse as suas considerações. Disse que não vê qualquer objeção em acolher propostas para alterar o Regulamento e se necessário que as façam chegar e deixar para próxima sessão a aprovação do mesmo. -----

Alice Nogueira fez uma observação em relação ao artigo 8.º, n.º 2 que diz que o valor



da bolsa para os estudantes matriculados no 2.º ciclo de estudos é de 50%, previstos para o escalão C. Disse não concordar porque há certos cursos que só ficam concluídos com mestrado. Nestes casos entende que deveria ser dado o valor total. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** lembrou que este documento esteve em consulta pública, período em que todos são convidados a dar contributos, como cidadãos e isso deve ser feito em momento próprio. O que está em causa é a análise de um documento que foi entregue e nesse sentido, dada a abertura do executivo, adiar a votação deste ponto para a próxima reunião e permitir que façam chegar os contributos, por escrito, até à próxima segunda-feira o mesmo será retirado da agenda.

Deliberação: (assunto retirado da ordem do dia para reagendamento). -----

4) Processo 1700/2023. Serviços de auditoria e certificação legal de contas, para o triénio 2024/2026 (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

O **presidente da Assembleia Municipal** observou que através da fundamentação dos documentos que todos receberam está a terminar o contrato dos serviços de auditoria externa e certificação legal de contas, pelo que se torna necessário proceder à contratação desses serviços. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Paulo Tolda disse-se agradado por terem aceite uma sugestão do seu grupo municipal de alteração do auditor e esta alteração que propunham nada tinha a ver com questões políticas mas, essencialmente, porque havia um conjunto de informação que era solicitada e nunca foi prestada adequadamente o que era penalizador para a análise e tomada de decisões adequadas, ficando sempre dúvidas, algumas graves e suscetíveis de gerar situações desagradáveis para todos. No que respeita à seleção do auditor externo, decorrente desse procedimento, o Dr. Vítor Simões, é uma pessoa que conhece em contexto formativo e considera que foi um resultado feliz para o município, pois está certo que é alguém competente e que espera que seja colaborativa e ajude a todos,



essencialmente, ao executivo a resolver alguns dos problemas difíceis que estão pendentes, como a questão da PPP, entre outros e que quando se verificar o resultado, num próximo relatório e contas se perceba se houve, ou não, uma boa evolução nesse sentido. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

5) Processo 141/2024. Contrato de comodato entre o Município de Armamar e a freguesia de Queimadela (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos -----

Em 14 de agosto de 2012, a pedido da Freguesia de Queimadela, foi deliberado aprovar, pelo órgão executivo colegial do município, a cedência de utilização do edifício da Antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Queimadela, através de contrato de comodato. -----

Não obstante ter ocorrido a tradição (entrega) do imóvel, o contrato não foi reduzido a escrito.

Considerando que se mantêm os fundamentos que conduziram à cedência do imóvel, designadamente, a prossecução do interesse público, no estrito cumprimento das atribuições e competências da freguesia, torna-se necessário regularizar a situação e formalizar a cedência. -

Em 02 de fevereiro de 2024, a câmara municipal aprovou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 2 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, a aprovação da celebração do contrato, de acordo com a minuta apresentada. -----

Proposta de resolução -----

Cabe à assembleia municipal deliberar, de acordo com o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre a aprovação da celebração do contrato, de acordo com a minuta apresentada.” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

6) Processo 327/2024. Alteração orçamental modificativa – 01/2024 (cuja cópia passou a constituir o anexo V à ata) -----

Transcrição da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

As demonstrações previsionais para o ano de 2024 contemplam projetos de investimento designados de “requalificação das vias municipais”, com encargo estimado em 3.170.370,00 euros. Entretanto, essa previsão foi objeto de revisão. Conforme a informação prestada o encargo estimado é agora de 4.692.753,33 euros. -----

Perante a mencionada revisão, esta autarquia local precisa de assegurar suficiente dotação orçamental. Para o efeito, tem disponível 1.513.976,26 euros correspondente ao saldo de execução orçamental do ano transato que poderá ser incorporado à luz do disposto no artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, consubstanciando uma alteração orçamental modificativa. -----

Proposta de resolução -----

Ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 1, do artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2023 de 12 de setembro, a câmara municipal deliberou, em reunião de 16 de fevereiro de 2024, aprovar a submissão a apreciação e votação do órgão deliberativo a alteração orçamental modificativa.” -

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Márcio Moraes observou que a pavimentação das vias municipais terá um aumento de custos pelo facto de se ter verificado uma subida significativa dos preços de mão-de-obra e materiais de construção, bem como a inclusão de novos troços a pavimentar e, contemplando, acessoriamente a renovação de condutas existentes e ramais de abastecimento de água, uma vez que durante os últimos anos, se verificaram várias roturas com perdas significativas para o município, dando como exemplo a estrada de ligação do Barracão à Meia Laranja, em Aldeias. Outros fatores que originaram este



aumento de despesa foram a alteração da rodovia do núcleo urbano da vila de Armamar, sendo que irá ser pavimentada em cubo de granito, bem como travessias, valetas, proteções com rails e sinalização vertical que não estavam previstos no projeto inicial mas que os técnicos do município consideraram fundamentais para a segurança de quem utiliza estas vias. Tudo isto, só, é possível fruto de uma boa gestão do município que permite incorporar em termos de saldo de execução orçamental do ano anterior, um valor de cerca de um milhão e quinhentos mil euros. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

7) Processo 331/2024. Freguesia de Fontelo – Exercício de competências próprias – Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição da proposta de resolução: -----

“Freguesia de Fontelo - Exercício de competências próprias - Pedido de apoio financeiro A junta de freguesia de Fontelo sinaliza a “necessidade urgente” da “repavimentação em cubo da Rua D. Manuel I”, cujo encargo está estimado em 21 475,00 EUR (antes da aplicação da taxa de IVA). -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Proposta de resolução -----

Cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Paulo Tolda referiu que este pedido da junta de freguesia de Fontelo é uma questão que não se lembra de ter visto ser discutido em alguma assembleia municipal no sentido

de se deliberar em relação a um apoio de competências próprias de uma freguesia.

Nesse sentido, a sua questão é saber se os outros presidentes de junta estão a fazer, ou não, pedidos desta natureza e, se, fazendo o município anteriormente apoiava mas não cumpria a parte legal de ser a assembleia municipal a deliberar vem agora com uma mudança de política e todos os apoios, desta natureza, que sejam apresentados pelas juntas de freguesia, vão ser trazidos à assembleia para avaliar. Disse que tem ideia, que anteriormente, apoiavam mas nunca a 100%, não sabendo se o valor em questão é estimado ou se já existe projeto. Não tendo nada contra o pedido e respetivo apoio lembrou que o seu grupo municipal sempre disse que seria mais transparente e justo que houvesse um modelo de atribuição de uma verba em função de determinados critérios, como população, área, etc, para que cada freguesia pudesse ter um reforço para as suas competências próprias. Perguntou, ainda, se surgirem muitos pedidos, a nível orçamental como se limita a atribuição. -----

Presidente da câmara municipal referiu que também não se recorda de alguma vez ter vindo à assembleia um pedido desta natureza mas não se trata de qualquer mudança de política. Neste período em que está em funções foi apresentado o presente pedido e decidiu levar à reunião do órgão executivo para apreciação tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade. Como existe verba em orçamento de € 250.000,00 para apoio às juntas de freguesia, a questão orçamental está salvaguardada. Não se trata de um contrato interadministrativo, mas de um apoio financeiro, por parte do município, e no que lhe diz respeito este tipo de pedidos serão tratados desta forma. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, dar € 21.475,00. -----

8) Processo 212/2024. Proposta de Acordo de Colaboração entre os Municípios de Armamar e Tábua (cuja cópia passou a constituir o anexo VI à ata) --

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Luís Silva observou que sendo certo que estes acordos de colaboração são saudáveis,

pois há sempre algo a aprender com outros parceiros mas, e, partindo do princípio que as razões e os fundamentos que estão vertidos no documento são genéricos e aqueles que poderão ser estabelecidos com 80% dos municípios do país, a sua questão é saber se existe alguma razão ou lógica especial para além do que está vertido no acordo para que o mesmo seja estabelecido, especificamente, com o município de Tábua. -----

Presidente da câmara municipal relativamente ao assunto referiu que não acompanhou o processo desde o início mas tem conhecimento de que se têm realizado algumas ações no município de Tábua onde o município de Armamar participa com a presença de fruticultores e viticultores com vista à promoção dos produtos endógenos, concretamente, na Feira de Tábua. Eles também estiveram presentes na Feira da Maçã de Armamar, no ano anterior, e é previsível que estejam presentes na Montra Vínica. Tem-se estabelecido este relacionamento e o Município de Tábua propôs este acordo, no início de janeiro e o que se pretende é a aprovação, por parte da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

9) Processo 361/2024. Eleição de três membros da Assembleia Municipal para a constituição da Assembleia Intermunicipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos -----

Na sessão de Assembleia Municipal realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada a proposta de criação da associação de municípios de fins específicos, constituída pelos municípios de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço que adotou a denominação de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço. -----

Proposta de resolução -----

Atendendo ao disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos, cabe à Assembleia Municipal eleger três dos seus membros para a constituição da Assembleia Intermunicipal.” ----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que chegou à Mesa uma proposta constituída por Hugo Xavier, Rui Fernandes e Cláudia Fonseca, questionando se algum membro da assembleia quer apresentar outra proposta. Como não apareceu identificou-se a presente proposta como lista A e procedeu-se à votação por escrutínio secreto. ---

Deliberação: Eleitos: Hugo Miguel Mota Xavier, o presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Paulo Teixeira Fernandes e a presidente da junta de freguesia de Vacalar, Cláudia Filipa Rodrigues da Fonseca. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal, com exceção do ponto nove, cuja votação foi por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

 30